



Assembleia da República
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada **378365**

Classificação

2011

Data

Número **73/XI (2.ª) Ae**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



REQUERIMENTO

Número 73/XI (2.ª) Ae



PERGUNTA

Número /XI (.ª)

Expeça-se
Publique-se
17/11/10
Q Secretária da Mesa nce

Assunto: Esclarecimento adicionais ao Orçamento para 2011 relativamente à Parque Escolar, Empresa Pública Empresarial

Destinatário: Ministério da Educação

*Por determinação do S.E.X.P.A.R. a
Sua Secretária da Mesa*

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

10.11.17

De acordo com as indicações expressas no Relatório do Orçamento de Estado para 2011 não está prevista a transferência de verbas do Estado para a Parque Escolar, EPE. Inclusivamente, na página 280 do relatório, está indicado um decréscimo de 23,7% no subsector dos serviços e fundos autónomos, relativamente à estimativa de execução de 2010, precisamente devido ao facto de para 2011 não estarem orçamentadas verbas para a Parque Escolar, EPE. No entanto, na página 114, relativamente às despesas correntes do Ministério da Educação, está referenciado o acréscimo das despesas de funcionamento das escolas de ensino não superior, apontado como resultante, entre outros factores, dos encargos com as rendas a pagar à Parque Escolar, EPE por parte dos estabelecimentos de ensino que foram ou que virão a ser objecto de reabilitação.

Efectivamente, o Conselho de Ministros publicou uma resolução a 1 de Outubro, em que prevê para 2011 a transferência de 48.455.000 de euros acrescido da IVA à taxa legal em vigor para a empresa. Ou seja, caberá à Parque Escolar, EPE, receber quatro vezes mais rendas em 2011 que em 2010. Já em Junho, o Ministério da Educação decidiu transferir para esta entidade pública empresarial a propriedade dos edifícios onde funcionam alguns serviços ministeriais, para que estes servissem de garantias adicionais aos empréstimos avalizados pelo Estado, que segundo indicações surgidas na imprensa, rondariam actualmente 1,15 mil milhões de euros.

Para além das rendas a pagar pelas escolas públicas intervencionadas, para além da doação dos edifícios onde funcionam serviços do Ministério, a empresa recebe ainda metade das receitas do aluguer dos espaços das escolas intervencionadas - auditórios, pavilhões desportivos e salas polivalente - a valores estipulados pela própria empresa de acordo com critérios decididos pela própria empresa.

Todo este quadro de pagamentos devidos à Parque Escolar, EPE, por entidades públicas, como sejam as escolas e o próprio Ministério da Educação, convive em simultâneo com a notícia de que actualmente esta é a quinta empresa pública mais endividada, igualando a Estradas de Portugal, SA

Segundo outras informações surgidas na comunicação social, o nível de endividamento gerado pela empresa ascende a 1,98 mil milhões de euros e já se prevê que ultrapasse o valor de 2,25 mil milhões no início de 2011. Contudo, esta não consta da listagem de empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE) endividadas, que aparece na página 164 do relatório. Também sobre esta situação se colocam dúvidas, nomeadamente, quando no relatório se justifica a não inclusão da Parque Escolar, EPE, na lista de empresas endividadas do SEE pelo facto de esta, embora em situação de incumprimento, ter a garantia de investimentos comprometidos com fundos comunitários e financiamento do Banco Europeu de Investimento.

A confirmar esta situação da Parque Escolar, EPE estaremos perante um claro procedimento de desorçamentação. Inclusivamente, os indicadores económico-financeiros da Parque Escolar, EPE, nunca constaram dos relatórios da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, facto para o qual a própria Unidade Técnica de Apoio ao Orçamento tem vindo a alertar em vários momentos.

O Bloco de Esquerda está preocupado com o facto de caber às escolas intervencionadas saldar a já avultada dívida da Parque Escolar, EPE. Ou seja, no actual momento, em que assistimos a um esforço suplementar por parte das escolas no sentido de manterem a qualidade do ensino que prestam, face aos cortes de que o sector tem sido alvo, é necessário que o processo de pagamento destas rendas à empresa seja o mais transparente e claro possível.

Nesse sentido, e ao abrigo das disposições legais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Educação, que nos sejam facultadas as seguintes informações e os seguintes documentos:

1. A indicação do valor global das transferências financeiras a realizar pelas escolas intervencionadas a favor da Parque Escolar, EPE no ano 2011.
2. A indicação do mecanismo legal que determina as a transferência financeiras por parte das escolas, acima referidas.
3. A indicação dos diplomas ou certidões legais onde estará plasmada a transferência de património das escolas intervencionadas e do Ministério da Educação a favor da Parque

Escolar, EPE.

4. A indicação do valor total apurado de todo o património público transferido para a Parque Escolar, EPE.
5. O valor total do endividamento da Parque Escolar, EPE.

Palácio de São Bento, 16 de Novembro de 2010.

A Deputada



Ana Drago